

## **Economia**

### **Panorama Económico**

Embora com uma economia de pequena envergadura, altamente virada para o exterior, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) adoptou uma política de mercado livre e de impostos reduzidos. Apresenta uma grande estabilidade financeira, sem restrições cambiais e mantém o estatuto de porto franco e de zona aduaneira autónoma, o que representa um regime fiscal mais favorável. Macau foi classificado pela Organização Mundial do Comércio como um dos sistemas de comércio e investimento mais abertos do mundo e faz a ponte entre os mercados internacionais e o Interior da China.

Desde o estabelecimento da RAEM, com o desenvolvimento da indústria do turismo e lazer, a economia tem mantido um crescimento económico acelerado. Em 2024, o Governo da RAEM implementou plenamente as políticas e medidas de apoio a Macau do Governo Central e adoptou uma política financeira activa, no sentido de acelerar o investimento em infra-estruturas com vista a aumentar a procura interna e a impulsionar a recuperação estável da economia. O Produto Interno Bruto (PIB) de 2024 cifrou-se em 403,3 mil milhões de patacas, mais 8,8% em termos reais, face a 2023. O PIB per capita foi de 588 mil patacas, um crescimento anual de 7,6%. No primeiro semestre de 2025, o PIB foi revisto para 200,15 mil milhões de patacas, ou seja, mais 1,8% em termos reais, comparativamente com o semestre homólogo de 2024, representando 87,0% do volume económico do mesmo período de 2019.

Segundo as estatísticas da Autoridade Monetária de Macau, até ao final de 2024, o valor dos capitais da Reserva Financeira ascendeu a 616,21 mil milhões de patacas, dos quais a reserva básica representou 153,39 mil milhões de patacas e a reserva extraordinária 462,82 mil milhões de patacas. A reserva cambial cifrou-se em 235 mil milhões de patacas.

Até ao final de Julho de 2025, as estimativas preliminares das reservas cambiais da RAEM cifraram-se em 233,7 mil de patacas.

## **Indústria do Jogo**

A indústria do jogo, com tradição desde os meados do século XIX, constitui uma das mais antigas actividades de Macau. Com a entrada no século XX, esta indústria desenvolveu uma relação muito estreita com a do turismo, tornando-se no pilar da economia local.

A liberalização do sector do jogo, efectuada pelo Governo da RAEM em 2002, tem captado novos investimentos e modelos de funcionamento, criando inúmeros postos de trabalho, injectando novo impulso e factores de diversificação ao sector.

“O Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino” e os diplomas complementares entraram em vigor no dia 23 de Junho de 2022, e no mês de Julho, Governo da RAEM abriu, de forma ordenada, a nova ronda de concurso público para a atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar

em casino. Os novos contratos de concessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 2023 e o sector de jogo de Macau iniciou uma nova fase de desenvolvimento. Em 2024, o Governo da RAEM continuou a aperfeiçoar os trabalhos respeitantes à regulação e fiscalização do sector do jogo, criou um mecanismo de desenvolvimento dos elementos não-jogo e o cumprimento dos contratos de concessão por parte das concessionárias tem sido fiscalizado rigorosamente, com vista a enriquecer os elementos do Centro Mundial de Turismo e Lazer de Macau e a introduzir uma nova dinâmica no desenvolvimento da indústria de turismo e lazer integrados.

Em 2024, a receita bruta anual do jogo foi de cerca de 226,782 mil milhões de patacas, representando um aumento homólogo de 23,9%. Deste total, as receitas provenientes do mercado de massas cresceram 24,77% em termos anuais para 172,018 mil milhões de patacas. Comparando com 2019, este valor representa um aumento de 9,4%, constituindo 75,85% da receita bruta total do jogo e estabelecendo um novo recorde histórico.

Actualmente, seis concessionárias, na qualidade de pessoas colectivas autónomas, estão autorizadas a operar jogos de fortuna ou azar em casino em Macau e estão empenhadamente a promover diversos projectos de desenvolvimento em prol da construção de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Até ao final do segundo trimestre de 2025, 30 casinos estavam em funcionamento e encontravam-se ao serviço da indústria do jogo 52.898 trabalhadores (+380), cuja remuneração mensal média cifrou-se nas 27.390 patacas (+2,4 % em relação ao ano 2023).

Até Agosto de 2025, as receitas brutas do jogo eram de 163.052 mil milhões de patacas, representando uma aumento de 7,2% em relação ao período idêntico anterior.

## **Cooperação Regional e a Plataforma entre a China e os Países Lusófonos**

O aproveitamento das condições específicas de Macau permite a esta cidade reforçar a cooperação e o intercâmbio com as províncias do Interior da China. A aplicação e entrada em vigor do “Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA)” e do “Quadro de Cooperação Regional do Pan-Delta do Rio das Pérolas” em 2004, mostra que o desenvolvimento dessa cooperação económica e comercial com o resto do País já entrou numa nova fase. Em 2017, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e os governos da província de Guangdong, da Região Administrativa Especial de Hong Kong e da RAEM assinaram o “Acordo-quadro para reforço da cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e promoção da construção da Grande Baía”. Em 2018, o Governo Central criou o Grupo de Líderes para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o que simbolizou a entrada do mega projecto da Grande Baía na fase de implementação. Em 2019, foram lançadas oficialmente as “Linhos Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”. Este documento programático definiu um planeamento abrangente do posicionamento estratégico, das metas de desenvolvimento e do ordenamento do espaço das áreas da Baía de Guangdong, Hong Kong e Macau.

O Governo Central promulgou, em Setembro de 2021, o “Projecto geral de construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, que constitui um planeamento importante do Governo Central para apoiar o desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau e para o enriquecimento do princípio “um país, dois sistemas”, constituindo uma força motriz para o desenvolvimento de Macau, a longo prazo. O “Projecto geral de construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” define claramente a “linha principal”, os “posicionamentos estratégicos” e as “principais funções”, marcando assim a entrada de Hengqin numa nova fase de desenvolvimento do sistema de negociação, construção e administração conjuntas e partilha de resultados entre Guangdong e Macau.

Em 10 de Dezembro de 2023, o Conselho de Estado aprovou o «Plano Geral do Desenvolvimento para a Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (2022-2035)». O texto completo foi divulgado oficialmente no dia 21 de Dezembro, definindo objectivos mais concretos em relação às três fases de 2024, 2029 e 2035. É documento orientador que delineia o plano de desenvolvimento e as directrizes para a Zona de Cooperação Aprofundada para os próximos dez a quinze anos.

O ano de 2024 assinalou o 25.º Aniversário do retorno de Macau à Pátria, e o Governo da RAEM definiu como missão política importante a concretização com qualidade dos objectivos da primeira fase do desenvolvimento da Zona de Cooperação. Num esforço conjunto com a província de Guangdong, foram concretizados um aumento significativo das empresas de capitais de Macau e dos seus valores industriais acrescentados e o aumento contínuo da proporção das “Quatro Novas” indústrias. O índice da qualidade de vida dos residentes de Macau em Hengqin elevou-se significativamente e o desenvolvimento integrado de Macau e Hengqin continuou em fase de aceleração. Em 1 de Março, a Zona de Cooperação entrou formalmente em funcionamento como zona aduaneira autónoma com gestão separada, tornando-se a primeira zona especial de fiscalização aduaneira excepcional do Interior da China a implementar esta política.

Em 2024, o produto regional bruto da Zona de Cooperação cifrou-se em 53,848 mil milhões de renminbi, marcando um aumento anual de 5,3%. No primeiro semestre de 2025, o produto regional bruto registou um aumento homólogo de 5% para 26,313 mil milhões de renminbi. Até ao final de Julho, existia na Zona de Cooperação um total de 7461 entidades operacionais com capital de Macau, das quais 7303 eram empresas, reflectindo um aumento homólogo de 15,7%. Estas entidades com capital de Macau representaram 12,5% do total de entidades, um aumento de 1,5% em termos anuais.

Até ao final de Junho, o número de residentes de Macau a viver e a trabalhar na Zona de Cooperação atingiu as 28.387 pessoas, representando um crescimento homólogo de 26,4%. Deste total, 5762 pessoas estavam empregadas, o que representou um aumento de 14,1% face ao período homólogo.

Em 2024, o valor das exportações ao abrigo do CEPA chegou aos 80,04 milhões

de patacas, envolvendo um valor de 5,37 milhões de patacas com isenções de taxas e impostos. Todavia, se nos reportarmos cumulativamente aos 21 anos da vigência do Acordo, constatamos que as mercadorias exportadas para o Interior da China, beneficiando destas vantagens, ascenderam a 1,5 mil milhões de patacas. O valor acumulado da isenção de impostos atingiu os 96,75 milhões de patacas. No primeiro trimestre de 2025, o valor total das mercadorias exportadas ao abrigo do CEPA cifrou-se em 28,25 milhões de patacas, correspondendo a uma subida homóloga de 209,8%, com a isenção de direitos aduaneiros no montante total de 2,642 milhões de patacas, equivalente a um aumento homólogo de 287,2%.

A RAEM, como plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, apresenta uma vantagem singular. Após o retorno de Macau à Pátria, com o forte apoio do Governo Central, foi criado em Macau, em Outubro de 2003, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau). Por iniciativa do Governo Central da China, organizado pelo Ministério do Comércio da China e beneficiando da colaboração do Governo da RAEM, o Fórum é actualmente composto por nove países de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O Fórum de Macau é um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental centrado no desenvolvimento económico e comercial, tendo como objectivos consolidar o intercâmbio económico e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, dinamizar o papel de Macau enquanto plataforma de cooperação entre a China e os países de língua portuguesa e fomentar o desenvolvimento comum do Interior da China, dos países de língua portuguesa e da RAEM.

De 2003 a 2024, foram realizadas com sucesso seis conferências ministeriais e uma reunião extraordinária ministerial. Com o forte apoio do Governo Central, a função de Macau enquanto plataforma entre a China e os países de língua portuguesa continua a ser aperfeiçoada. Está basicamente formada uma plataforma de serviços integrados, centrada na cooperação económica e comercial, que promove o desenvolvimento coordenado e conjunto em domínios como a investigação científica, a medicina tradicional chinesa, a cultura, o turismo, as convenções e exposições, o comércio, as finanças e o empreendedorismo jovem.

No decurso da construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, Macau tem tirado pleno partido das suas vantagens únicas para reforçar o seu papel de interlocutor entre a China e os países de língua portuguesa, enriquecendo as funções desta Plataforma, cooperando activamente com o Fórum de Macau e promovendo a obtenção de resultados frutíferos no intercâmbio e cooperação entre a China e os países de língua portuguesa. Estabeleceram-se em Macau a sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa e a Federação Empresarial da China e dos Países de Língua Portuguesa, inaugurou-se o Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e o Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, o Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e o Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa conheceram notáveis progressos. Foram também criados

sucessivamente a Plataforma para Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Centro para a Regularização das Transacções em RMB para os Países de Língua Portuguesa, o Centro de Intercâmbio Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa e a Base de Formação de Quadros Bilingues de Chinês e Português.

Ao longo dos últimos anos, o volume das transacções comerciais entre a China e os países de língua portuguesa tem vindo a crescer. De acordo com as estatísticas, o valor das trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa chegou, de 11 mil milhões em 2003, aos 225,179 mil milhões de dólares americanos em 2024.

## **Indústria de Convenções e Exposições**

A indústria de convenções e exposições de Macau tornou-se numa marca internacionalmente reconhecida. A forma de negócio “indústrias + convenções e exposições” tem vindo a ser valorizada e os efeitos de captação de negócios, através da realização de feiras e exposições de marca, tendem a ser intensificados. Em 2025, Macau foi seleccionada como destino de excelência em convenções e exposições “Estrela Brilhante” e como o “Melhor Destino para Conferência Anual”, tendo ainda sido distinguida, durante três anos consecutivos (2023-2025), como a “Melhor Cidade de Convenções da Ásia”, o que levou à realização em Macau de um maior número de convenções profissionais certificadas pela Associação Internacional de Congressos e Convenções (ICCA) e a se ter registado um maior número de chegadas de visitantes e compradores profissionais para participarem em exposições e desenvolverem os seus planos de investimento em Macau.

Em 2024, realizaram-se, no total, 1524 conferências e exposições, o que representou um aumento anual de 31,4%, estimando-se que tenham gerado cerca de 5480 milhões de patacas de receita do sector não jogo de Macau. No primeiro semestre de 2025, realizaram-se 918 eventos de convenções e exposições, registando mais 208 eventos em termos anuais. O número de participantes e visitantes dos eventos de convenções e exposições fixou-se em 428.000, o que representou um decréscimo de 11,2% face ao primeiro semestre de 2024, dado que o número de visitantes para os eventos de convenções e exposições oriundos do exterior baixou devido às incertezas da economia mundial, à mudança do padrão de consumo dos visitantes entrados na RAEM, entre outros factores. Para além do decréscimo mencionado, a despesa total dos visitantes do exterior que participaram em convenções e exposições também diminuiu, consequentemente, as receitas dos ramos de actividade económica não jogo da RAEM geradas pelos eventos de convenções e exposições caíram 26,5%, em termos anuais, para 1,65 mil milhões de patacas.

## **Indústria da Medicina Tradicional Chinesa**

Com o objectivo de criar mais espaço para o desenvolvimento de Macau, e em articulação com a estratégia nacional de um desenvolvimento regional coordenado, a 6 de Março de 2011 os governos da RAEM e da província de Guangdong assinaram em Pequim o “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”. Nos termos deste Acordo-Quadro, a ilha de Hengqin em Zhuhai, disponibilizou uma área de cinco quilómetros quadrados para a cooperação industrial entre Guangdong e Macau,

nomeadamente o projecto inicial de 0,5 quilómetros quadrados destinado ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, que serviu de ponto de partida para a cooperação industrial entre Guangdong e Macau, e proporcionou um grande impulso à diversificação industrial adequada de Macau.

Em 19 de Abril de 2011, foi oficialmente iniciado o projecto do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa. Em 1 de Janeiro de 2022, o Governo da RAEM criou o Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica e a “Lei da actividade farmacêutica no âmbito da medicina tradicional chinesa e da inscrição de medicamentos tradicionais chineses” entrou em vigor, o que contribuiu para a promoção do desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa e medicamentos tradicionais chineses.

Em 2024, o Governo da RAEM promoveu a indústria do turismo de Macau para conceber produtos turísticos que exalte os temas da terapia alimentar saudável e da saúde e bem-estar em medicina tradicional chinesa. O Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau acolheu regularmente empresas de destaque e projectos prioritários, tendo alcançado uma óbvia atmosfera positiva de aglomeração industrial da indústria de *big health* da medicina tradicional chinesa. Até ao final de Julho de 2025, o Parque contava já com 233 empresas registadas, das quais 98 eram empresas de Macau. O Hospital Macau Union entrou oficialmente em funcionamento no dia 16 de Setembro de 2024, aumentando a atractividade dos serviços médicos especializados locais, em função dos serviços de alto nível que oferece, e motivando mais turistas a escolherem Macau para efeitos de tratamento médico, cuidados de saúde e bem-estar. Em conjunto com as empresas de turismo e lazer integrado, serão lançados mais produtos orientados para a manutenção da saúde, de modo a impulsivar o desenvolvimento da indústria de *big health*.

## Finanças Modernas

Em 2024, o Governo da RAEM deu continuidade à optimização do regime de supervisão relativo ao mercado obrigacionista, ligando serviços de investimento e financiamento dentro e fora da RAEM. Em Abril do mesmo ano, foi autorizado o exercício exclusivo dos serviços de gestão de fundo de oferta privada em Macau à primeira sociedade recomendada pela Zona de Cooperação Aprofundada, e, em Julho, foi autorizada a constituição do primeiro fundo de oferta pública de Macau. A proposta da “Lei dos fundos de investimento” foi entregue à Assembleia Legislativa para apreciação e a “Lei da actividade de mediação de seguros” entrou em vigor em Agosto de 2025. A entrada em vigor da revisão da “Regulamentação do desenvolvimento, na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, de actividades no âmbito do projecto-piloto denominado por ‘Gestão Financeira Transfronteiriça’” demonstra um avanço no desenvolvimento do projecto-piloto de “Gestão Financeira Transfronteiriça”. Com preparação de vários anos, o projecto de investigação e desenvolvimento para a criação da “Pataca digital de Macau (e-Mop)” entrou em fase de materialização efectiva; em Dezembro de 2024 foi concluída uma demonstração pública do sistema protótipo, estando prevista a sua entrada na fase de testes em ambiente controlado (*sandbox*) no quarto trimestre de 2025.

Até ao final de Junho de 2024 do corrente ano, o total de activos do sector

financeiro de Macau atingiu 2717,4 mil milhões de patacas, o que representou um aumento de mais de 25% em comparação com o final de 2019. Existiam 102 instituições financeiras autorizadas a operar em Macau, tendo sido adicionados 15 novos tipos de instituições financeiras, em comparação com 2019. De acordo com as estatísticas da Chongwa (Macau) Financial Asset Exchange, Co., Ltd, (MOX), até 31 de Agosto de 2025, o volume total de títulos emitidos em Macau ultrapassou um bilião de patacas, situando-se nos 1004,92 mil milhões de patacas que abrangem títulos em várias moedas e variedades.

## **Tecnologia de Ponta**

O Governo da RAEM promoveu a reconversão e a valorização das indústrias de alta tecnologia e das indústrias tradicionais, reforçando a ação conjunta entre Macau e Hengqin e a integração da indústria-universidade-investigação. Ao abrigo da estratégia de desenvolvimento “Investigação em Macau, Transformação em Hengqin”, entre 2021 e Outubro de 2024, foram apoiados 19 projectos para aplicação ou transformação em Hengqin, dos quais oito são projectos prioritários. Estes abrangem áreas como design de chips, biomateriais, IoT em energia e células-tronco. Em 2023, foi lançado o Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas com o objectivo de incentivar as empresas certificadas a continuarem a sua investigação e inovação. Até Setembro de 2025, existiam 51 empresas locais certificadas de empresas tecnológicas, incluindo sete empresas tecnológicas de referência, uma empresa tecnológica em crescimento e 43 empresas tecnológicas potenciais, cujos âmbitos de actividade abrangem várias áreas como circuitos integrados, tecnologia de informação, medicina tradicional chinesa, novos materiais e biotecnologia.

Em Agosto de 2025 realizou-se a “Cerimónia de Atribuição de Placas Identificativas aos Laboratórios de Referência do Estado”. A conclusão da reestruturação dos quatro laboratórios de referência do Estado da RAEM, cujo estabelecimento em Macau foi aprovado sucessivamente pelo Ministério da Ciência e Tecnologia da China, simbolizou a sua integração formal no sistema de gestão destes laboratórios, tornando-os componentes fundamentais da força científica e tecnológica estratégica nacional, marcando a entrada do desenvolvimento de inovação científica e tecnológica de Macau numa nova fase. Os quatro laboratórios de referência do Estado são o Laboratório de Referência do Estado para Mecanismo e Qualidade da Medicina Chinesa, o Laboratório de Referência do Estado em Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos, o Laboratório de Referência do Estado de Internet das Coisas para a Cidade Inteligente e o Laboratório de Referência do Estado para a Ciência Lunar e Planetária.

## **Emprego**

Em 2024, a taxa de desemprego de Macau foi de 1,8% e a taxa de desemprego dos residentes cifrou-se em 2,4%, ou seja, menos 0,9 e 1,0 pontos percentuais, respectivamente, face ao ano de 2023.

A mediana do rendimento mensal do emprego da população empregada situou-se em 18.000 patacas e a dos residentes empregados fixou-se em 20.500 patacas, mais 500 respectivamente, em termos anuais. Até ao final de Dezembro de 2024, o número de importação de trabalhadores não-residentes foi de 182.542 ou seja 3,3% superior

ao ano 2023.

No segundo trimestre de 2025, a taxa de desemprego global foi de 1,9%, enquanto a taxa de desemprego dos residentes foi de 2,5%, sendo ambas idênticas às do primeiro trimestre. O número de empregados de Macau foi de 37,27 mil e o número de desempregados de Macau foi de 7300. A mediana do rendimento mensal do emprego da população empregada foi de 17.800 patacas e a dos residentes empregados de 20.000 patacas, que desceram 1000 e 1500 patacas, respectivamente, em termos trimestrais, devido principalmente ao facto de alguns ramos de actividade económica terem atribuído o 13.º mês de salário e as participações nos lucros no primeiro trimestre de 2025, o que resultou numa base de comparação mais elevada. Caso não se inclua o 13.º mês de salário e as participações nos lucros, a mediana do rendimento mensal do emprego dos trabalhadores residentes a tempo completo cifrou-se em 21.000 patacas, sendo equivalente à do primeiro trimestre deste ano.

**Para mais informações:**

*Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (<http://www.dsec.gov.mo>)*

*Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento (<http://www.ipim.gov.mo>)*

*Autoridade Monetária de Macau (<http://www.amcm.gov.mo>)*

*Direcção dos Serviços de Economia (<http://www.economia.gov.mo>)*

*Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) (<http://www.forumchinaplp.org.mo>)*

09/2025